

Transmissora Porto
Alegrense de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.**
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de abril de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena Santos
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.400	1.765
Concessionárias e permissionárias	6	993	896
Tributos e contribuições a recuperar	7	851	594
Prêmios de seguros		13	-
Ativo de contrato	8	4.236	1.969
Outros ativos circulantes		<u>1</u>	<u>78</u>
Total do ativo circulante		<u>21.494</u>	<u>5.302</u>
Não circulante			
Ativo de contrato	8	83.668	85.407
Partes relacionadas	11	98	98
Total do ativo não-circulante		<u>83.766</u>	<u>85.505</u>
Total do ativo		<u>105.260</u>	<u>90.807</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores		15	31
Obrigações Tributárias	9	1.625	2.221
Empréstimos e financiamentos	10	3.369	2.210
Dividendos a pagar	14	577	1.059
Contas a pagar	12	3.087	-
Encargos setoriais		470	345
Outros Passivos Circulantes		<u>35</u>	<u>5</u>
Total do passivo circulante		<u>9.178</u>	<u>5.871</u>
Não circulante			
Obrigações tributárias	9	-	225
Partes relacionadas	11	-	20.099
Empréstimos e financiamentos	10	35.054	10.488
Instrumentos financeiros derivativos		2.256	-
Tributos diferidos	9	13.366	12.571
Contas a pagar	12	<u>2.000</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante		<u>52.675</u>	<u>43.383</u>
Patrimônio líquido	13		
Capital social		38.146	38.146
Reserva de capital		6	6
Reserva Legal		345	223
Reserva de lucros		<u>4.910</u>	<u>3.178</u>
Total do patrimônio líquido		<u>43.407</u>	<u>41.553</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>105.260</u>	<u>90.807</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegreense de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	16	<u>8.861</u>	<u>10.129</u>
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	<u>(349)</u>	<u>(726)</u>
Resultado operacional bruto		<u>8.512</u>	<u>9.403</u>
Despesas operacionais		<u>(694)</u>	<u>(634)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>7.818</u>	<u>8.769</u>
Receitas financeiras		173	93
Despesas financeiras		<u>(4.486)</u>	<u>(2.756)</u>
Resultado financeiro, líquido	18	<u>(4.313)</u>	<u>(2.663)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>3.505</u>	<u>6.106</u>
Imposto de renda e contribuição correntes	19	(281)	(1.026)
Imposto de renda e contribuição Diferidos	19	<u>(794)</u>	<u>(620)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>2.430</u>	<u>4.460</u>
Lucro líquido do exercício por ação	15	0,0637	0,1169

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	2.430	4.460
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>2.430</u>	<u>4.460</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	20.350	-	-	-	(4.224)	16.126
Lucros líquido do exercício	-	-	-	-	4.460	4.460
Constituição de Reserva Legal	-	-	223	-	(223)	-
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	3.178	(3.178)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.059)	(1.059)
Integralização de Capital	17.796	-	-	-	-	17.796
Constituição de Reserva de Capital	-	4.230	-	-	-	4.230
Compensação do prejuízo	-	(4.224)	-	-	4.224	-
Em 31 de dezembro de 2019	38.146	6	223	3.178	-	41.553
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.430	2.430
Constituição de Reserva Legal	-	-	122	-	(122)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(577)	(577)
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	1.732	(1.732)	-
Em 31 de dezembro de 2020	38.146	6	345	4.910	-	43.406

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	2.430	4.460
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Amortização do ativo de contrato	11.580	8.777
Receita de remuneração do ativo de contrato	(7.369)	(9.491)
Receita de operação e manutenção	(2.615)	(1.499)
Taxas financeiras	3.700	343
Juros e IOF apropriados sobre mútuos	-	683
Impostos diferidos	795	620
Dividendos a pagar	(577)	(1.059)
Instrumentos financeiros derivativos	2.256	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Ativo de contrato	(528)	(145)
Concessionárias e permissionárias	(97)	-
Tributos e contribuições a recuperar	(257)	-
Demais contas a receber	77	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(16)	20
Obrigações fiscais	570	847
Contas a pagar	(17.012)	-
Outros passivos circulantes	159	704
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(6.904)	5.319
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	27.980	16.097
Pagamento de empréstimo	(8.235)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	1.193	1.284
Empréstimos com partes relacionadas	-	(26.110)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	20.539	(9.788)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.635	(4.469)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.765	6.234
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.400	1.765
Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	13.635	(4.469)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TPAE”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657.

A companhia tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE-GT), que tem por principais responsabilidades pela concessão:

- (a) **V2i:** implantação do empreendimento, gerenciando todas as atividades de compras, contratações e a elaboração dos projetos;
- (b) **CEEE-GT:** Operação e manutenção do empreendimento regido por um contrato específico.

Em conjunto, pelo aporte de recursos para a implantação do projeto por meio da contratação de financiamentos e aporte de capital.

Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

O investimento total foi de aproximadamente R\$ 75 milhões com uma receita anual líquida da RAP e garantida de R\$ 7.293, conforme estabelecido na resolução homologatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.918, de 23 junho de 2015, que é uma receita garantida por Contratos pela ANEEL e pelo ONS por meio dos quais todos os usuários (em torno de 220 empresas) do Sistema Integrado Nacional (SIN) farão pagamentos mensais para a TP AE. O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA. A RAP em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 8.906.116,43 e a RAP em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 9.073.348,99.

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

1.1 Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.2 Impactos do COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2 Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20 de abril de 2021

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- (a) Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- (b) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2 Apresentação dos juros de empréstimos

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamentos nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.4 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a TPAE regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

3.5 Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.8 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.9 Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.10 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.11 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

3.12 Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

a. Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

b. Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.14 Impostos sobre a receita

a. Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.15 Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos (alteração CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS1)
- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e saldos em conta corrente bancária	140	849
Aplicações financeiras	15.260	916
	<u>15.400</u>	<u>1.765</u>

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias (a)	993	896
	<u>993</u>	<u>896</u>

- (a) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020 corresponde aos vencimentos de 05/01/2021 a 05/02/2021, conforme ciclo de faturamento.

A administração acredita que não há Perdas de Crédito Esperadas (PCE), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

7 Tributos e contribuições a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	399	375
Contribuição Social	248	219
Imposto de Renda Retido na Fonte	46	-
PIS a compensar	29	-
COFINS a compensar	129	-
	<u>851</u>	<u>594</u>

8 Ativo de contrato

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	87.376	85.163
(+) Receita de remuneração dos ativos da concessão	6.903	9.491
(-) Faturamento da receita anual permitida (RAP)	(6.882)	(7.973)
(+) Outras receitas	507	695
	<u>87.904</u>	<u>87.376</u>
Ativo de contrato amortização – circulante	4.236	1.969
Ativo de contrato amortização - não circulante	83.668	85.407
	<u>87.904</u>	<u>87.376</u>

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Companhia para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

9 Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	367	564
Contribuição social	-	193
PIS	51	12
COFINS	233	56
INSS	2	1
IRRF	1.009	1.008
Outros impostos	2	1
Parcelamento PIS e COFINS	288	611
	<u>1.625</u>	<u>2.446</u>
Circulante	1.625	2.221
Não circulante	-	225
	31/12/2020	31/12/2019
Impostos Diferidos		
Impostos de Renda – Diferido	9.828	9.244
Contribuição Social – Diferido	3.538	3.328
	<u>13.566</u>	<u>12.571</u>
Circulante	-	-
Não circulante	13.366	12.571

10 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	2020	2019
Itaú - Capital de Giro	2,65 a.a.	15/10/2030	38.422	-
BNDES	11,34a.a.	01/01/2026	-	12.590
Fiança Bancária	10,00a.a.	01/09/2020	-	108
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.422</u>	<u>12.698</u>

A operação de Capital de Giro - CDI do BNDES foi liquidada antecipadamente em 13/10/2020, juntamente com as fianças do Badesul e BRDE. Foi contratada operação de Capital de Giro no Itaú através da CCB n. 10012010000500, com desembolso de R\$38 milhões em outubro de 2020, primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030.

Instrumentos Financeiros Derivativos

	Taxa de juros	Vencimento	2020	2019
SWAP	2,65 a.a.	15/10/2030	41.799	-
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	-	-	-	-
Valor justo do ativo financeiro na ponta ativa CDI	-	-	(39.543)	-
Resultado passivo Swap	-	-	2.256	-

Contrato de SWAP de Fluxo de Caixa n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo financeiro. Valor justo na ponta passiva de IPCA, R\$ 41.799.053 e valor justo na ponta ativa de CDI, R\$ 39.543.282, auferindo o resultado de R\$ 2.255.771 de resultado passivo.

Movimentação dos Empréstimos

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	12.698	17.000
Empréstimo BNDES	(12.590)	(4.194)
Fiança Bancária	(108)	(108)
Contrato Financiamento Itaú	38.000	-
Juros financiamento	422	-
Juros sobre swap a valor justo	2.256	-
	40.678	12.698

10.1 Amortização da dívida

A seguir demonstramos o vencimento das parcelas do financiamento (principal e encargos):

Vencimento	2020	2019
2020	-	2.210
2021	1.251	2.063
2023	4.083	2.063
2024	4.264	2.063
Acima de 2024	31.078	4.299
	40.678	12.698

11 Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas são compostos por valores a receber e a pagar com as Companhias que fazem parte do quadro societário:

	2020	2019
Ativo não circulante		
CEEE-D	98	98
	98	98
Passivo circulante		
Procable Energia e Telecom. S.A. - Contas a pagar(a)	-	20.099
	-	20.099

- (a) o montante de R\$ 20.099 refere-se ao contrato de empreitada global para implantação da linha transmissão, firmado em 01 de setembro de 2009.

Em 15 de dezembro de 2020 houve o depósito judicial de R\$15MM, conforme cronograma do termo de confissão de dívida assinado em 30 de abril de 2020

12 Contas a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Procable Energia e Telecom	5.087	-
Circulante (a)	3.087	-
Não circulante (b)	2.000	-

Parcelas a pagar referentes ao termo de Confissão de Dívida, conforme nota explicativa 10,

- (a) parcela a pagar em 31 de dezembro de 2021, R\$ 3.087.000,00.
 (b) parcelas a pagar de R\$ 1.000.000,00 em 31 de outubro de 2022 e R\$ 1.000.000,00 em 31 de outubro de 2023.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

	2020		
	Subscrito/Integralizado		
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
V2i Energia	34.465.143	34.465	90,35%
CEEE-GT	3.681.114	3.681	9,65%
	38.146.257	38.146	100,00%

2019			
Subscrito/Integralizado			
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
Procable	34.465.143	34.465	90,35%
CEEE-GT	3.681.114	3.681	9,65%
	38.146.257	38.146	100,00%

Em 17 de maio de 2019 ocorreu o aumento de capital social, no valor de R\$ 17.976 e reserva de capital de R\$ 4.230 através da integralização do saldo de mutuo passivo da Procable, aumentando assim sua participação no capital da companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 a V2I Energia S.A. detém 90,35% do ativo Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A, os outros 9,7% pertencem à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE - GT).

O ativo foi adquirido pela V2i Energia S.A. em 30 de abril de 2020, a partir de um acordo de compra e venda realizado com a Procable Energia e Telecomunicações S.A.

13.2 Reserva de lucros

a. Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

b. Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

14 Dividendos

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, representam os dividendos mínimos obrigatórios. O cálculo da destinação dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2020 ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do exercício	2.430	4.460
(-) Reserva legal (5%)	122	223
Base para dividendos	2.308	4.237
Dividendos mínimos obrigatórios	577	1.059

15 Resultado por ação

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	<u>2.430</u>	<u>4.460</u>
Lucro por ação	<u>0,0637</u>	<u>0,1169</u>

16 Receita líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse CDE	368	-
Receita de Construção	-	104
Receita de operação e manutenção (O&M)	2.615	1.499
Remuneração Ativo de Concessão	7.369	9.491
Provisão de Performance	56	688
(-) Revisão de Premissas - Receita Financeira	<u>(11)</u>	<u>(97)</u>
	<u>10.396</u>	<u>11.685</u>
Impostos sobre a receita	(962)	(876)
Encargos do Consumidor	<u>(574)</u>	<u>(680)</u>
	<u>8.861</u>	<u>10.129</u>

17 Custos dos bens construídos e serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Custos com prestadores de serviços	(315)	(528)
Mensalidade O.N.S	(19)	(20)
Custo de construção/ (infraestrutura)	-	(170)
Materiais	<u>(15)</u>	<u>(8)</u>
	<u>(349)</u>	<u>(726)</u>

18 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Financeiras		
Tarifas	(198)	(64)
Multa e Juros	(73)	(914)
IOF	-	(135)
Fiança bancária	(684)	-
Taxas financeiras	(3)	(343)
Juros s/ Financiamentos	(3.449)	(1.284)
Outras despesas	<u>(78)</u>	<u>(16)</u>
	<u>(4.485)</u>	<u>(2.756)</u>
Receitas Financeiras		
Receitas sobre aplicação financeira	158	65
Outras Receitas Financeiras	<u>15</u>	<u>28</u>
	<u>173</u>	<u>93</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.311)</u>	<u>(2.663)</u>

19 Impostos diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição correntes	(281)	(1.026)
Imposto de renda e contribuição Diferidos	(794)	(620)
	(1.075)	(1.646)

	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Base de cálculo dos impostos diferidos	39.698	39.698	36.974	36.974
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos passivo não circulante	9.925	3.573	9.243	3.328

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas e mensais e no prazo de 05 (cinco) anos, a partir do início das operações.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes – CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

20 Cobertura de seguros

Em 29 de maio de 2021 a Companhia contratou o seguro compreensivo empresarial com a FairFax Brasil Seguros Cooperativos S.A, com vigência até 28 de maio de 2021.

21 Contingências

Em 31 de dezembro de 2020 a TPAE possuía dois processos de contingência passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e a administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$284.288,13.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado	Nível	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	2	15.260	915
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	2	140	849
Concessionárias e permissionárias	2	993	896
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	2	40.678	12.698
Fornecedores	2	15	31

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

b. Valor justo

O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2.

- (i) Fatores de riscos

c. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes de contas a receber de concessionárias e permissionárias, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo:

- (i) Contas a receber de concessionárias e permissionárias: a Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados à rede básica.
- (ii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo: risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

d. Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

e. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

f. Riscos de mercado

- (i) Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.
- (ii) Risco de preço: As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada cinco anos, limitada a três revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

g. Risco de regulamentação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia, assim como nas demais companhias de transmissão.

* * *

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serrato
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9